

NOTA AOS PARLAMENTARES CEARENSES
Impactos Fiscais das Medidas Legislativas sobre os Municípios Cearenses
Reunião com a Bancada Federal do Ceará – 02.03.2026

Elaboração: Associação dos Municípios do Estado do Ceará – APRECE

Base Técnica: Estudo da Confederação Nacional de Municípios – CNM

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA APRECE

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Os municípios são o ente federativo mais próximo da população e o principal executor das políticas públicas. É no território municipal que a educação se concretiza, que a saúde é prestada e que a assistência social acolhe as famílias mais vulneráveis.

O atual cenário evidencia um crescente desequilíbrio federativo. Medidas legislativas vêm ampliando obrigações sem a correspondente compensação financeira, pressionando severamente os cofres municipais.

Esta Nota apresenta dados objetivos que demonstram a necessidade urgente de recomposição das receitas, correção inflacionária dos programas federais e fortalecimento do pacto federativo.

Defender os municípios é defender o cidadão e o interesse público. É com essa certeza que encaminhamos essa Nota para que V.Exa. avalie o cenário fiscal vivenciado pelos municípios brasileiros, em especial os municípios do nosso Ceará, para fundamentar a tomada de decisão na votação de pautas que podem recuperar perdas nos termos das propostas pela CNM, e principalmente nas pautas que podem afetar desastrosamente o equilíbrio fiscal das contas públicas, comprometendo a execução das políticas e entrega de serviços essenciais à população em cada cidade.

Atenciosamente,

Joacy Alves dos Santos Júnior
Presidente

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudos técnicos indicam que o impacto acumulado das medidas legislativas no horizonte de 2026 pode alcançar R\$ 270 bilhões em âmbito nacional, representando risco concreto à sustentabilidade fiscal dos Municípios e à continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

Quadro-Resumo 1 – MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM AUXILIAR OS MUNICÍPIOS

Proposição	Descrição	Impacto Estimado
PEC 25/2022	Adicional de 1,5% do FPM	R\$ 13 bilhões/ano
PL 5.473/2025	Tributação de fintechs e apostas	R\$ 36 bilhões/ano
PEC 14/2023	Reajuste anual de programas federais	Recomposição inflacionária
PEC 253/2016	Representação municipal no STF	Fortalecimento institucional

Impacto positivo potencial estimado: R\$ 49 bilhões anuais.

Quadro-Resumo 2 – MEDIDAS QUE JÁ IMPACTAM OS MUNICÍPIOS

Política	Impacto Ceará	Impacto Brasil
Reforma do IR (Lei 15.270/2025)	R\$ 197 milhões/ano	R\$ 5,1 bilhões/ano
Desoneração da folha (Lei 14.973/2024)	R\$ 171 milhões/ano	R\$ 3,49 bilhões/ano
Piso do Magistério	R\$ 479 milhões/ano	R\$ 7,96 bilhões/ano

Impacto negativo anual consolidado estimado : R\$ 16,57 bilhões.

Quadro-Resumo 3 – PROPOSIÇÕES COM ELEVADO IMPACTO FINANCEIRO NEGATIVO

Categoria	Impacto Ceará	Impacto Brasil
Benefícios e ampliação de direitos (ACS/ACE, insalubridade, redução carga horária)	R\$ 9,5 bilhões	R\$ 135 bilhões
Novas obrigações (educação, segurança, assistência)	R\$ 4,5 bilhões	R\$ 88 bilhões
Pisos Salariais diversos (		
Total	R\$ 14 bilhões	R\$ 223 bilhões

Quadro-Resumo 4 – DEFASAGEM DE PROGRAMAS FEDERAIS (ALGUNS EXEMPLOS)

Programa	Situação Atual
CAPS (Centros de Atenção Psicossocial)	Repasses abaixo da inflação
PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos)	Sem reajuste desde 2012
Consultório na Rua	Subfinanciamento recorrente

Quadro-Resumo 5 – REAJUSTES DO PISO DO MAGISTÉRIO EM ANDAMENTO (Medida Provisória 1.334/2026)

Efetivamente, essa medida gerou grande impacto negativo para as finanças municipais, ao elevar a despesa de pessoal em R\$ 76,9 bilhões. Para o ano de 2026, de acordo com o reajuste proposto na MP, a CNM espera um impacto de aproximadamente R\$ 8 bilhões até o final do ano para a integralização do piso do magistério.

REAJUSTES DO PISO DO MAGISTÉRIO Medida Provisória 1.334/2026	
Reajuste estimado com a MP 5,40%	5,40%
Impacto estimado:	R\$ 8 bilhões em 2026
Entre 2021–2025 o piso subiu 68,7%	
Inflação no mesmo período: 19,9%	

Quadro-Resumo 6 – IMPACTOS DAS PAUTAS SOBRE PISOS SALARIAIS

IMPACTO	PL 2531/2021 Piso Profissionais da Educação	PL 765/2015 Piso dos Médicos e Dentistas	APL 4146/2020 Piso dos Garis	PL 5874/2023 Piso Equipes de Referência do SUAS	PL 1731/2021 Piso dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais	PL 1827/2019 Piso dos Assistentes Sociais	PL 1559/2021 Piso dos Farmacêuticos	TOTAL
NO CEARÁ	1.211.991.669	895.126.367	369.901.780	244.802.044	35.213.273	57.642.267	16.199.508	2.830.876.908
NO BRASIL	20.068.266.151	17.424.605.184	5.944.249.230	4.207.126.884	604.081.823	895.986.074	309.506.450	49.453.821.796

2. ENCAMINHAMENTOS À BANCADA FEDERAL

- Priorizar medidas de recomposição das receitas municipais;
- Apoiar a atualização inflacionária dos programas federais;
- Exigir estimativa real de impacto orçamentário nas proposições legislativas com a devida indicação das fontes de recursos nos termos da EC 128/2022;
- Fortalecer o equilíbrio federativo e a autonomia municipal.

3. CONCLUSÃO

A sustentabilidade fiscal dos Municípios é condição indispensável para garantir a continuidade dos serviços públicos e a efetividade das políticas sociais. O fortalecimento do pacto federativo requer responsabilidade legislativa, previsibilidade orçamentária e compromisso institucional com o municipalismo.